

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Divulgação/CMP



Serão 15 comissões permanentes para biênio 2025/2026

Política municipal de agroecologia é aprovada

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, o projeto de lei, que institui a Política Municipal de Agroecologia, Produção Orgânica e Alimentação Saudável (PMAPO). O projeto visa promover a transição para práticas agrícolas mais sustentáveis e garantir à população petropolitana o acesso a uma alimentação mais saudável e nutritiva.

O projeto tem como objetivo principal incentivar políticas públicas, programas e ações que induzam a transição agroecológica e a produção orgânica no município, alinhando-se aos princípios estabelecidos pelo Decreto Federal nº 7.794/2012. Entre suas diretrizes estão a promoção da soberania alimentar e a conservação dos ecossistemas naturais.

Destaque na produção de orgânicos

O projeto visa, também, ampliar a comercialização de alimentos agroecológicos em diversos pontos da cidade, priorizando sistemas justos de comercialização e apoiando feiras agroecológicas. Petrópolis é a Capital Estadual dos produtos Orgânicos desde 2018. Na época, o título

foi dado, devido o número de produtores orgânicos na cidade. Apesar disso, esses mesmos produtores, cobram por estradas e mais infraestrutura, principalmente para o escoamento da produção. Haja vista, em dias de chuva, as vias ficam impossibilitadas de trafegar.

Serra Drone



As oportunidades são atualizadas semanalmente

35 vagas oferecidas em empresas petropolitanas

A Prefeitura, por meio do Balcão de Empregos, está oferecendo 35 oportunidades de emprego entre segunda-feira (10) a sexta-feira (14). Os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos no site da Prefeitura (<https://www.petropolis.rj.gov.br>). São oportunidades para: Motorista de carro de passeio, atendente, vistoria-

dor comercial, limpador dentre outras. As etapas de seleção, entrevistas e de contratação, são de responsabilidade das empresas. As oportunidades são atualizadas semanalmente. A orientação ao candidatos é manter currículo e dados atualizados na plataforma, pois é por ela que empresas entram em contato.

Ação integrada para Itaipava

Itaipava é cruzada por três rodovias federais que desempenham papéis estratégicos para a mobilidade urbana, o turismo e o desenvolvimento local. A BR-495, a BR-040 e a Estrada União e Indústria formam uma rede viária essencial, mas que, segundo

gundo a Unidos por Itaipava (Unita), carece de uma abordagem integrada para manutenção e modernização. A entidade que representa empresas da região propõe que as rodovias sejam tratadas, buscando melhorias, de forma integrada. Assim, tornando as rodovias, uma rede de mobilidade.

Rodovias como rede de mobilidade

Com esse objetivo está pontuando junto aos órgãos municipais, estaduais e federais que façam um olhar macro e considerem as rodovias uma rede de mobilidade. A BR-495, a BR-040 e a Estrada União e Indústria formam uma rede viária essencial, mas que, segundo

a (Unita), carece de uma abordagem integrada para manutenção e modernização. A entidade que representa empresas da região propõe que as rodovias sejam tratadas, buscando melhorias, de forma integrada. Assim, tornando as rodovias, uma rede de mobilidade.

Certame irregular é relacionado à fiscalização de descarte irregular de entulho

Por Gabriel Rattes

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) decidiu manter a suspensão de uma licitação da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep). A licitação, aberta em 2024, tem como objetivo contratar serviços para instalar câmeras de videomonitoramento em pontos críticos de descarte irregular de entulho nas ruas de Petrópolis. Como o Correio Petropolitano trouxe em primeira mão nesta última semana, o conselheiro Marcelo Verdini Maia, que foi responsável pela análise do caso, apontou irregularidades no processo e destacou que o ex-presidente da Comdep, Léo França, não verificou a conformidade do Estudo Técnico Preliminar antes de autorizar a licitação. O relatório com a decisão, datado de 3 de fevereiro, foi divulgado apenas na sexta-feira (07).

Além de Léo França, o TCE também responsabilizou Adilson Souto da Paz, presidente da Comissão de Licitação, pela falta de conformidade do Estudo Técnico Preliminar. Agora, tanto o ex-presidente da Comdep quanto Adilson Souto têm 15 dias para apresentar suas justificativas na Justiça. A decisão também envolve o gerente de Compras da Comdep, Anderson Frago, os atuais gestores da Prefeitura de Petrópolis e da Comdep, além da empresa RS Voice Cloud LTDA, vencedora da licitação.

A licitação

No início de 2024, a Comdep, sob a direção de Léo França, publicou um edital para contratar uma empresa que faria a implantação do sistema de videomonitoramento em Petrópolis. A licitação ocorreu no dia 26 de abril de 2024, utilizando o modelo de

TCE acusa Léo França e mantém suspensão de licitação da Comdep

Divulgação



Léo França se despediu na sessão de quarta-feira (25)

“Menor Preço Global”, que visa contratar a proposta mais barata.

Ainda de acordo com o Edital de 2024, a empresa vencedora deveria fornecer: 30 Pontos de Monitoramento Inteligente - PMI incluso 01 câmera com Leitura de placas OCR (Com gravação de 30 dias) e Corneta SIP; 70 Pontos de Monitoramento Inteligente, entre outros serviços.

O Tribunal de Contas

O TCE está analisando o caso desde 2024. Em 30 de julho do ano passado, o Tribunal suspendeu a licitação e a assinatura do contrato com a empresa vencedora, apontando sete possíveis irregularidades, entre elas:

- Falta de previsão legal para as atividades propostas;
- Falta de espaço para questionamentos e impugnações digitais ao edital;
- Proibição de empresas em recuperação judicial participarem;

- Uso de pregão presencial sem justificativa;

- Junção de itens do edital sem explicação dos benefícios dessa medida;

- Especificação inadequada dos serviços e exigências que limitam a competição;

- Ausência de estudo técnico e pesquisa de preços adequados.

Em 3 de fevereiro de 2025, o conselheiro Marcelo Verdini Maia enfatizou que o Estudo Técnico Preliminar apresentado pela Comdep não atende aos requisitos mínimos, com base em leis federais. “O Estudo Técnico Preliminar é elemento essencial da etapa do planejamento das contratações públicas, caracterizando o interesse público envolvido e a sua melhor solução, servindo de base para a elaboração do anteprojeto, do Termo de Referência (TR) ou do Projeto Básico (PB), caso se conclua pela viabilidade da contratação”, diz um trecho do documento.

Equipe de saúde denuncia precariedade de ambulância

Por Leandra Lima

O Correio Petropolitano recebeu diversas denúncias de colaboradores do Complexo de Saúde Pedro do Rio, que funciona em regime Pré-Hospitalar com serviço de emergência 24h (UPH) e Unidade Básica de Saúde (UBS), sobre o estado precário da ambulância que atende a locação. Segundo informações, o veículo está há três meses circulando de forma irregular, sem sirene, giroflex e ar condicionado, apresentando também problemas mecânicos como o desgaste da pastilha dos freios e falta de faróis.

Os profissionais ressaltaram que a situação coloca em risco à vida dos usuários e da equipe que transita na ambulância. “O problema coloca todo mundo em risco, a equipe de plantão, o paciente, e quem está no trânsito. O veículo não tem giroflex, sirene, e nem pastilha de freio, isso é primordial. Ambulância sem esses equipamentos não há a possibilidade de sinalizar urgência e ter preferência no trânsito. Isso já foi comunicado e ninguém tomou as devidas providências, é um desrespeito total”, informou um funcionário.

A situação perdura desde da gestão do ex-Prefeito Rubens Bomtempo, ainda no seu mandato quando o Complexo foi inaugurado a unidade ganhou uma ambulância - UTI doada pelo o Governo do Estado para o Servi-



Veículo ficou três meses com problemas na pastilha de freio

ço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), porém o mesmo foi recolhido pelo SAMU para ser realizado um reparo, mas ao invés de retornar, o veículo foi trocado por um inferior. “Com a troca começou o problema de freio não estavam trocando pastilha, depois veio a dificuldade na troca de óleo e substituíram o filtro. Mas continuou sem a pastilha, e foi piorando”, disse um funcionário que não será identificado.

Agravante

Fontes informaram que na última quarta-feira (5), a unidade teve que pedir uma ambulância avançada do suporte da UPA de Itaipava, pois havia um paciente internado na sala vermelha, em estado grave apresentando he-

morragia, provocado por uma cirrose hepática, fase terminal que seria transportado para o Hospital Alcides Carneiro, pois parte das profissionais responsáveis se recusaram a transportar o paciente na ambulância da UPH Pedro Rio, por conta das condições precárias. “Foi decidido que não dava para realizar o transporte do paciente na ambulância, já que a mesma não tem condições necessárias para atender a urgência”, relatou outro funcionário.

Troca de veículo

Após o ocorrido, a prefeitura trocou a ambulância, porém conforme as denúncias o veículo também não está em condições ideais. “Na quinta-feira (6), teve a troca da ambulância, dessa que

Com isso, Verdini recomendou que a suspensão da licitação seja mantida e que o ex-presidente da Comdep, Léo França, seja informado sobre a falha na autorização do certame. Além disso, ele pediu que o presidente da Comissão de Licitação, Adilson Souto da Paz, também fosse comunicado pela falta de conformidade do Estudo Técnico Preliminar. A recomendação também inclui notificar a empresa vencedora e os atuais responsáveis pela gestão da cidade. O processo segue em análise pela Corte de Contas.

O que diz Léo França?

Procurador, o vereador e ex-diretor presidente da Comdep, Léo França, afirmou que com o aumento das reclamações relacionadas ao descarte irregular de entulhos em áreas públicas, tomou as medidas necessárias para combater essa prática. “Foi aberto um processo administrativo acompanhado de um estudo técnico que possibilitou a implantação do sistema de câmeras para monitoramento de descarte irregular nas vias públicas. A Comdep reuniu um relatório fotográfico e dados que comprovavam a urgência de agir de forma eficaz para identificar os responsáveis por essas infrações”, afirmou.

“Com a conclusão do processo administrativo, iniciamos o processo licitatório para a contratação da empresa responsável pelo serviço. Em total conformidade com as exigências legais, solicitamos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) o arquivamento do processo, apresentando todos os documentos e evidências que demonstram a total legalidade de nossos atos administrativos. Resalto que todas as medidas adotadas foram feitas com total respeito aos princípios constitucionais e à transparência”, completou o vereador.

estava sem pastilha, sem giroflex e sirene, colocaram uma com pastilha, mas continua sem giroflex, farol e sirene. Continua precária para todos que utilizam o serviço”, relatou.

Diante do cenário, colabores depositam esperança na nova gestão, para que haja segurança no transporte de pacientes. “Queremos um veículo em boas condições para dar segurança à equipe médica, à enfermagem, ao motorista, ajudante e aos pacientes. Não é luxo, não. É segurança e dignidade”, expressam.

O que diz a Prefeitura?

Em relação a questão apontada a prefeitura respondeu em nota que a ambulância da Unidade Pré-hospitalar de Pedro do Rio foi encaminhada para manutenção e deve retornar ainda esta semana. Enquanto isso, foi colocado provisoriamente outra ambulância da frota da secretaria de saúde para continuar atendendo a população. O município também foi questionado sobre as vistorias e manutenções nas ambulâncias, sobre esse assunto nada foi mencionado.

Governo do Estado

Frente a situação, o Governo do Estado do Rio de Janeiro informou que repassa mensalmente recursos para a manutenção dos serviços das ambulâncias. Porém a operação delas é uma atribuição do município.